



PARECER PRÉVIO Nº 55/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10048/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Anori
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsável:** Sra. Sansuray Pereira Xavier, Prefeita Municipal.
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6.975
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2580/2016, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anori. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas Anuais da Sra. Sansuray Pereira Xavier, responsável pela Prefeitura no exercício de 2011, conforme o disposto no art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002 e que deve ser julgada pela Câmara com a celeridade que preconiza o art. 127, 5º, da Constituição Estadual. Ressalta-se que a emissão do Parecer Prévio fundamenta-se nos termos do art. 219, incisos I e II da Resolução nº 04/2002, do art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96, bem como do art. 31, §2º da Constituição Federal.

- 11- **Ata:** 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 22 de Agosto de 2017
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins



PARECER PRÉVIO Nº 55/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

- 13.1 – Auditor presente e Relator:** Mario José de Moraes Costa Filho.
14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 55/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 55/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10048/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Anori
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsável:** Sra. Sansuray Pereira Xavier, Ordenadora de Despesa.
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6.975
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 75052.03052016.0, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Anori. Exercício de 2011.

Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance.
Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** a gestora, Senhora Sansuray Pereira Xavier, responsável pela Prefeitura Municipal de Anori à época, em relação aos questionamentos suscitados pela DICOP (Item I da Proposta de Voto), com fulcro no art. 20, parágrafo 4º, da Lei Orgânica deste Tribunal;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Anori, durante o exercício de 2011, referente à Gestão em que a Senhora Sansuray Pereira Xavier figurou como Gestora, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;
- 10.3. **Aplicar Multa a Senhora Sansuray Pereira Xavier**, responsável pela Prefeitura Municipal de Anori, durante o exercício de 2011, no valor de **R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos)**, sendo o valor de **R\$ 1.096,03 por cada mês de atraso, uma vez que a impropriedade foi constatada nos 12 (doze) meses do exercício de 2011**, com fulcro no artigo 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012,

AUGR/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM



ACÓRDÃO Nº 55/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 55/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

pela inobservância dos prazos regulamentares para remessa ao Tribunal, por meio informatizado dos registros analíticos, **nos meses de janeiro a dezembro/2011**. Ressalta-se que o mencionado valor da multa imposta deve ser recolhido na esfera estadual, para o órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, **com comprovação** perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, e, caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02).

10.4. Aplicar Multa no que tange às **impropriedades detectadas pela DICOP**, à Senhora Sansuray Pereira Xavier, Gestora da Prefeitura Municipal de Anori, durante o exercício de 2011, no valor total de R\$ 13.152,37 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), de acordo com o seguinte detalhamento:

- a) No valor de **R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, por **violação ao disposto** nos artigos 7º (caput, incisos e parágrafos) e 8º da Lei nº 8.666/93, dentro das impropriedades analisadas pela DICOP;
 - b) No valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), com fulcro nos arts. 308, IV, “a” da Resolução nº 04/2002-TCE/AM c/c art. 54, V, da Lei Orgânica deste Tribunal, uma vez que deixou de apresentar TODOS os documentos pertinentes às obras e serviços executados durante o exercício, impossibilitando totalmente o trabalho da Comissão de Inspeção - DICOP.
- Ressalta-se que o mencionado valor da multa imposta deve ser recolhido na esfera estadual, para o órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, **com comprovação** perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, e, caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02).

10.5. Aplicar Multa a Senhora Sansuray Pereira Xavier, Prefeita Municipal de Anori à época, no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos dos arts. 54,



ACÓRDÃO Nº 55/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 55/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, pelas seguintes impropriedades:

- a) Encaminhamento intempestivo a este Tribunal de Contas da Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2011, em violação ao disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 06/1991;
 - b) Remessa intempestiva à Câmara Municipal de Anori da Prestação de Contas Anual, referente a todo o exercício de 2011, em violação ao acordado no art. 9º da Lei Complementar nº 06/91;
 - c) Contabilização na conta Caixa do montante de R\$ 5.871.302,26, contrariando o art. 156, § 1.º da Constituição Estadual c/c o art. 43 da Lei Complementar n.º 100/2000;
 - d) Ausência de previsão legal para pagamento de valores a título de Gratificação aos servidores municipais da área da saúde (“Complemento Municipal”);
 - e) Pagamento de Professores em valores remuneratórios aquém do piso nacional dos professores estabelecido pela Lei Federal nº 11.738/2008 e pelo MEC com base em orientação da AGU;
 - f) Descrições genéricas relativas às concessões de diárias a servidores do Município.
- Ressalta-se que o mencionado valor da multa imposta deve ser recolhido na esfera estadual, para o órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, com **comprovação** perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, e, caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02).

10.6. Aplicar Multa a Senhora Sansuray Pereira Xavier, Prefeita Municipal à época, **no valor de R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do art. 308, V, da Resolução nº 04/2002 desta Corte de Contas c/c art. 54, III, da Lei nº 2.423/96, pela prática de ato ilegítimo, em virtude da configuração de nepotismo no âmbito da Pasta municipal, prática vedada pela Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal.

- Ressalta-se que o mencionado valor da multa imposta deve ser recolhido na esfera estadual, para o órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, com **comprovação** perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, e, caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizados monetariamente (art.



ACÓRDÃO Nº 55/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 55/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02).

10.7. Considerar em Alcance a Sra. Sansuray Pereira Xavier, no **montante total de R\$ 900.592,40 (Novecentos mil, quinhentos e noventa e dois reais e quarenta centavos)**, nos termos do artigo 304, inciso I c/c inciso III, da Resolução n. 04/2002 – TCE/AM, em razão dos serviços e obras supostamente pagos e executados, porém não identificados in loco, de acordo com o Item I da Proposta de Voto (Impropriedades detectadas pela DICOP).

- Ressalta-se que o mencionado valor do alcance imposto deve ser recolhido na esfera municipal, para o órgão da Prefeitura Municipal de Anori, com **comprovação** perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, e, caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02).

10.8. Determinar desde já a **instauração da cobrança executiva** no caso de não recolhimento dos valores das condenações impostas a Senhora Sansuray Pereira Xavier, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

10.9. Determinar ao titular da Prefeitura Municipal de Anori que:

- a) Que elabore um projeto de Lei para atualizar os valores constantes na Lei nº 064/2008, referentes ao Complemente Municipal, após necessário estudo de impacto financeiro, com vistas a regularizar os pagamentos;
- b) Que nos processos de concessão de diárias faça constar das Portarias autorizativas bem como nos relatórios das viagens descrição clara dos objetivos das viagens a serviço da Prefeitura;
- c) Que atente aos prazos regulamentares para o envio das futuras Prestações de Contas, tanto a esta Corte quanto à Câmara Municipal;
- d) Que adote providências para ter disponível no momento das futuras inspeções todos os documentos necessários e solicitados pela Comissão;
- e) Que adote as providências legais cabíveis para não mais se repetir a irregularidade tangente ao pagamento dos profissionais do magistério público em valor inferior ao pisco nacional;
- f) Que atente, como um todo, a todas as irregularidades aqui explanadas, para que as falhas não voltem a acontecer.

AUGR/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 55/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 55/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.10 Determinar o envio dos autos ao Ministério Público do Estado do Amazonas** para que o mesmo possa investigar a ocorrência de possível ato improprio decorrente da impropriedade “e” (No Balanço Financeiro foi contabilizado na conta Caixa o montante de R\$ 5.871.302,26 contrariando o art. 156, § 1.º da Constituição Estadual c/c o art. 43 da Lei Complementar n.º 100/2000), detectada pela DICAMI;
- 10.11 Determinar que seja oficiada a Secretaria da Receita Federal do Brasil** para que tome ciência dos achados de auditoria em matéria tributária, enviando-lhes cópias das peças devidas, de acordo com o exposto na impropriedade “i” detectada pela DICAMI e abordada na Proposta de Voto;
- 10.12 Dar ciência** do presente Decisório à Gestora à época, Sra. Sansuray Pereira Xavier e a todos os demais responsáveis constantes nos autos.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Agosto de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1 – Auditor presente e Relator: Mario José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral